





ausência de oportunidades de continuidade de pesquisa em sua área de formação, e uma forçada mudança instituições nos quais se desejava empregar, alterando as possibilidades de acesso à vaga (empresas de saneamento básico); (vi) indiferença da universidade, programa de pós-graduação, orientador com relação às questões pessoais do aluno (tais como vulnerabilidade financeira, parentalidade, problemas de saúde física e mental) que geraram grave risco de evasão; e até (vii) retirada da bolsa de estudos.

Todas estas condições, muito embora verificadas durante o transcurso da pós-graduação relacionam-se já com a questão da empregabilidade, tendo em vista que o pesquisador ocupa uma condição híbrida de trabalho (LIZARDO, 2023):

Assim, à pergunta inicial deste tópico, se mestrandos(as) e doutorandos(as) são estudantes ou trabalhadores, a resposta mais precisa que oferecemos após a análise realizada é: uma condição híbrida de estudante- trabalhador(a). A hibridez é justamente o que caracteriza a condição de pós-graduando e pós-graduanda, o que parece profissional que busca uma nova titulação a fim de qualificar sua atuação acadêmica e/ou profissional e sua perspectiva de atuação para transformar a realidade de alguma forma [...]. Possuem a condição híbrida de estudantes-trabalhadores e se dispõem a, em benefício de sua formação, e, em contribuição a se país por meio de sua qualificação profissional, recém receber, como receita única, bolsa de estudos por períodos que variam de dois a seis anos (LIZARDO, 2023, p. 63-65).

Muito embora as políticas de ampliação do acesso ao Ensino Superior (REUNI, PROUNI) tenham sido bem-sucedidas em aumentar a inclusão e permanência dos discentes na universidade, aumentando assim as chances de chegarem à Pós-graduação, os pós-graduando ainda carecem de políticas públicas que evitem evasão (LIZARDO et al, 2023), e, quando, com sucesso conseguem terminar o mestrado ou doutorado, carecem de oportunidades de desenvolvimento de carreira (TRINDADE et al, 2025). O Estado deve ser motor do desenvolvimento e das estratégias de promoção de CT&I no país, através da valorização das carreiras acadêmicas e científicas, evitando assim a de cérebros (LIZARDO et al, 2023). Assim, é necessária a adoção de estratégias de expansão da pesquisa científica e tecnológica, e da integração entre a universidade e as demandas das atividades econômicas do campo (agricultura, pecuária) para que os profissionais/pesquisadores das Ciências Agrárias e Biológica, das Ciências da Terra e das Engenharias possam com segurança passar a integrar a força produtiva do país.

## **Conclusões:**

A experiência no GT do 46º CONAP revelou que a pós-graduação brasileira em Ciências Agrárias e áreas correlatas enfrenta desafios estruturais que extrapolam a formação acadêmica, atingindo o campo do trabalho, da saúde mental, da permanência e da dignidade do pesquisador. Os resultados indicam a necessidade urgente de fortalecer políticas públicas de permanência estudantil; criar oportunidades reais de empregabilidade; ampliar concursos para universidades e órgãos públicos; valorizar a carreira científica; melhorar a infraestrutura de pesquisa; expandir cursos de Agroecologia e áreas estratégicas; e integrar mais efetivamente universidade sociedade setores produtivos.

O 46º CONAP demonstrou ser espaço essencial de escuta e construção coletiva, onde os pós-graduandos e egressos puderam expressar suas angústias, denunciar precarizações e propor caminhos para um futuro mais justo, soberano e sustentável para a ciência brasileira. O GT proporcionou um espaço rico agrárias. A experiência reforçou a importância de fortalecer políticas públicas, ampliar a infraestrutura,

## Referências

1. AGÊNCIA GOV. Governo federal investirá R\$ 24 milhões em estudos de agroecologia. Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/governo-federal-investira-r-24-mi-em-estudos-de-agroecologia> Acesso em: 30 nov. 2025.
2. CAPES. Ciências Agrárias – Documento de Área 2025–2028. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-da-vida/ciencias-agrarias/C.AGRARIAS\\_DOCAREA\\_2025\\_2028.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-da-vida/ciencias-agrarias/C.AGRARIAS_DOCAREA_2025_2028.pdf) Acesso em: 28 nov. 2025.
3. FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Agroecologia no Brasil: levantamento de cursos formais. Roma, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1632537/> Acesso em: 02 dez. 2025.
4. LIZARDO, E. (Org.); BONONE, L. M.; OLORRUAMA, D.; FAIRBANKS, C.; SOUSA, E. J. S. Dossiê Florestan Fernandes: Pós-graduação e trabalho no Brasil. São Paulo: ANPG/CEMJ, 2023.
5. MASSUKADO, L. M.; BALLA, J. V. Panorama dos cursos e da pesquisa em agroecologia no Brasil. ComCiência, SBPC / Labjor-Unicamp, Edição 127, 2016. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-73-184/web/handlerfd90.html?section=8&edicao=127&id=1548> Acesso em: 02 dez. 2025.
6. TRINDADE, N. (Org.); LOPES, B. A.; FAIRBANKS, C.; LIMA, D. J.; OLORRUAMA, D.; MACEDO, L. M. de. Dossiê Newton Sucupira: “Entrelaçamento” investigativo sobre a inserção de mestres e doutores no mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: ANPG/CEMJ, 2025..